

Populismo e articulações no século XXI

Sandra Regina Barbosa Parzianello*

Introdução

Este artigo trata da articulação política no século XXI a partir de alguns modelos de governos tomados como populistas. O fenômeno do populismo constitui um dos temas mais recorrentes tanto na discussão política como sócio científica contemporânea. Usado assiduamente por políticos de profissão e profissionais de mídia de forma pejorativa. Mais do que um estigma, uma marca ou percepção negativa associada a determinados comportamentos, o populismo pode ser significado por um sintoma, um indicativo de que algo não vai bem em alguns países democráticos. Entendemos ser oportuno tratar sobre o fenômeno pela ascensão de governos populistas, de agenda conservadora e ação nacionalista.

Enquanto uma categoria polêmica e obscura, o populismo permaneceu, por isso mesmo, absolutamente capaz de reascender o debate acadêmico, principalmente, pela análise sobre as circunstâncias em que se articula (conforme alguns autores têm explorado nesse século) sobre estilos e sujeitos populistas. Na virada do século XX e início do século XXI, o populismo foi disseminado como uma categoria que elucidava e denunciava governos que usavam e exploravam trabalhadores, a favor da urbanização e industrialização de países como o Brasil, assim como os cooptavam em benefício econômico, limitando a compreensão de interesses e dos reais propósitos do poder.

Delinear um caminho categórico para o populismo é desafiador. As perspectivas se tornaram diversas, sendo que algumas seguiram um espaço tomado pela tradição linguística. Neste trabalho, nos dedicamos a uma breve revisão bibliográfica, alguns recortes sobre o conceito e algumas formas de como possa ser concebido. Balizam a análise, as perspectivas: econômica, ideológica, cultural, discursiva e o próprio nome

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), bolsista (CAPES/FAPERGS). Possui graduação em Comunicação Social; graduação em Ciências Sociais/Ciência Política (Unipampa); Mestrado em Ciência Política (UFPEL). É membro do Grupo de Estudos de Retórica Avançada, integrante do Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa (Unipampa) CNPq, sócia-fundadora da Sociedade Brasileira de Retórica (SBR); Sócia fundadora da Organización Iberoamericana de Retórica (OIR) e integrante do Grupo de Pesquisa Ideologia e Análise de Discurso (IdAD/UFPEL).

E-mail: sandrapar@yahoo.com

do líder. Mais especificamente em relação ao populismo do século XXI e sua relação com a democracia, optamos por uma lógica diferente. Neste sentido, a obra de Ernesto Laclau (2013), constitui um movimento de padrão diferenciado, que eleva a condição do povo à capacidade de articulador da lógica do político. A ótica laclauniana torna-se um divisor de águas na literatura em torno do conceito, muito voltado às experiências políticas dos países latino-americanos.

A complexidade do termo diverge a partir das experiências e da ascensão de líderes como a Hungria, a Polônia e o Brasil, por onde vamos procurar compreender a contingência para o debate e os eventos que minam a imagem de sujeitos políticos, os quais figuram enquanto lideranças atuais. Propomos um exercício teórico que pode colaborar na configuração e caracterização sobre esses perfis de governo que obscurecem os pilares da democracia, resultando em crises e deturpando os limites da desejável tolerância. Na mesma medida, buscamos compreender o momento em que os cidadãos endossam ações autoritárias e reacionárias, no modo como exploram o populismo enquanto uma ferramenta política em benefício próprio, com ataques aos oponentes, censurando a imprensa, além de restringir a liberdade no estado democrático de direito e com o aval de boa parte da sociedade.

Em voga, o populismo

A ideia sobre o desaparecimento de um fenômeno político é algo sempre perigoso, arbitrário e, em geral, bastante equivocada. A história revela que a política é feita de ciclos e o populismo faz parte desses vieses tortos e articulados no século XXI. Nesse sentido, esperamos ponderar acerca dos momentos de instabilidade política que caracterizaram as duas primeiras décadas deste século, em particular nessas regiões geopolíticas, assim como os seus desdobramentos sobre os regimes democráticos.

O termo 'populismo' usado de forma pejorativa tem gerado desconfortos e debates instigantes nas Ciências Sociais, em busca de esclarecer sobre sua evolução teórica e tenaz atualidade. O chamado populismo clássico de meados do século XX, em especial na América Latina, foi definido como uma anomalia, como um produto da combinação entre os processos de desenvolvimento econômico industrial e o advento das massas à política daquele período.

Nesse sentido, o debate em ascensão sobre poder e a elaboração do pensamento científico que denotam tais governos de caráter populista, têm tomado conta da agenda política global, incluindo o Brasil, bem como a agenda da imprensa e dos pesquisadores

que se debruçam na análise dos fenômenos relativos ao populismo na contemporaneidade, notadamente, sob o eixo da Teoria Política Contemporânea, bem como a suas articulações diretas com o campo da Filosofia Política. Tomamos o pensamento do teórico político argentino, Ernesto Laclau¹ (1935-2014), como ponto que demarca um horizonte para a teoria do populismo, despojando-o de sua significação particularmente pejorativa.

O panorama da situação política atual no mundo das democracias permite inserir os regimes no contexto de contratempos e em perspectivas de novas conjunturas. Reforçamos a importância de ascender ao debate sem promessas equivocadas como a que generaliza o fenômeno do populismo às lideranças que encontram soluções simples para problemas complexos. O primeiro equívoco seria firmar o pensamento ao desgaste, dados por alguns pensadores que prometem respostas para tudo, como “[...] a maior parte da literatura sobre o tema não resistiu à tentação de atribuir ao populismo um conteúdo social particular” (LACLAU, 2013, p. 39).

Compreender que vivemos em uma sociedade imediatista nos parece um passo razoável no sentido de interpretar o que ocorre a nossa volta. E pela forma como nos consideramos preocupados com as perspectivas da democracia. Nações como a Hungria, sob o comando do segundo governo do Partido Fidesz; a Polônia sob o segundo mandato do PiS e o Brasil, governado por Jair Messias Bolsonaro (sem partido), revelam esforços contrários às demandas necessárias para impedir que realidades políticas sejam subvertidas por meio de governantes devidamente eleitos, seguidores das normas constitucionais, em suas guinadas autoritárias e amparados por um número popular consistente.

Presenciamos uma realidade decadente com cidadãos apáticos frente aos governos que cometem transgressões contra as democracias liberais. Não vimos consenso baseado no pressuposto de que se um governo cometer atos que ameacem a liberdade, como violações constitucionais ou atos que enfraqueçam a democracia, isso resulte na união do povo contra os ataques a ela. Com surpresa, presenciamos falta de reação às violações e incapacidade na avaliação sobre as consequências, ainda que elas pareçam percebidas. Portanto, nem os partidos políticos, nem o povo se mostram conscientes para apontar os flagelos que assombram a democracia, desmerecendo valores tais como a participação, a confiança e a capacidade de representação.

¹ Mundialmente respeitado pelo desenvolvimento da corrente pós-estruturalista de pensamento e batizada como teoria do discurso da Escola de Essex, Inglaterra. Na Universidade de Essex, Laclau fundou e dirigiu o Programa de Ideologia e Análise de Discurso.

Mais do que uma crise das democracias liberais, é preciso lidar com a proliferação de discursos, a retórica em concepções limitadas e as afirmações banais, mas não menos capazes de estabelecer verdades. Concentramos nossos apontamentos a partir do pensamento de teóricos, filósofos e cientistas políticos que se debruçaram sobre os processos democráticos considerando sua ampla diversidade política e social.

Cabe lembrar que apesar do estado de alerta em que vivemos em tempos nebulosos e frágeis, nossas instituições democráticas sinalizam, ainda que timidamente, que estão articuladas para lidar com as adversidades em situações antidemocráticas. No Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF), a partir de seus juízes, determinou, conforme a Constituição Federal (CF), que um deputado federal² fosse preso, por transgredir a lei máxima da democracia. O STF³ também fez a União restabelecer, imediatamente, os leitos de UTI para tratamento da Covid-19, desabilitados pelo Ministério da Saúde, que em comparação a dezembro de 2020, foram reduzidos em janeiro e fevereiro de 2021, mesmo diante do avanço trágico da pandemia. Esses fatos remetem aos efeitos de sentido, gerados principalmente com a ascensão de sujeitos políticos da extrema direita como ocorreu no Brasil, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018⁴, como o evento mais significativo de uma crise sistêmica na democracia brasileira, que colocou o povo à mercê do autoritarismo e à subordinação de um líder que se julga como o único e verdadeiro representante, enquanto seus representados passam a lutar, muitos sem oxigênio, pela própria sobrevivência.

No diagnóstico da crise, democracias estão à beira do precipício, acentuado desde a polarização em 2018, mas de radicalismos e crises contemporâneas fecundados a partir do final do século XX e que se fortaleceram muito nos últimos anos.

Pensemos no primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán e seu partido Fidesz que começaram como democracias liberais no final dos anos 1980; e em seu primeiro mandato como primeiro-ministro, entre 1998 e 2002 quando Orbán governou

² O bolsonarista, Deputado Federal, Daniel Silveira, foi detido em 16 de fevereiro, segundo determinação do Ministro do STF, Alexandre de Moraes, por propagar a adoção de medidas antidemocráticas nas redes sociais, sendo reincidente, por comportamentos que remetem a casos como esse. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/02/16/moraes-determina-prisao-imediata-de-deputado-que-fez-video-atacando-ministros-do-stf.ghtml>>. Acesso em: ago. 2021.

³ A determinação da relatora, também Ministra do STF, Rosa Weber, ocorreu em meio ao negacionismo do Presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido), sobre a crise sanitária que já registrava em 04 de março de 2021, mais de 261 mil mortos. Estados da federação previam o colapso, devido à lotação dos leitos de UTI, a falta no incremento às medidas políticas de prevenção e à baixa oferta das doses de vacina.

⁴ Bolsonaro chega à Presidência da República após 28 anos de mandato, enquanto Deputado Federal.

democraticamente. Sua guinada autoritária, depois de retornar ao poder em 2010, foi uma genuína surpresa (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 31).

A ascensão dessas lideranças que se tornam presidentes devido à precariedade e contra o sistema político, desperta a ideia de que o populismo é o vilão da democracia. Poucos sabem o significado do fenômeno, mas todos parecem ter uma definição pré-concebida sobre o líder populista como uma liderança política que, supostamente, venha à cena pública para enganar o povo, que age de modo irresponsável e que critica a forma e a articulação das políticas sociais. Nota-se a necessidade em atentar ao sentido que o termo desperta, onde reside a possibilidade e sintomas do reducionismo democrático com a falta de participação e o indício sobre algo que não está dando certo nas democracias liberais.

Democracias em fragmentos

O cientista político Yascha Mounk⁵ (2019), na obra *O povo contra a democracia*, combina análise política e experiência em pesquisa acadêmica para abordar o sistema da democracia liberal consolidada, o que se torna algo complicado e até temerário ao se considerar as ameaças vindas das lideranças populistas. Apesar de sua análise se dar mais sobre o cenário norte-americano, Mounk também percebe ascensão do populismo com tendência à direita nos países da Europa ocidental, enquanto ameaça aos estados democráticos, principalmente, nos aspectos do nacionalismo e da xenofobia. Na visão do autor, o mundo, que passou por alguns experimentos democráticos, transita pelo caminho do colapso democrático com a tomada do poder por populistas autoritários.

A Hungria, por exemplo, já foi proclamada como um país democrático consolidado, pois, preenchia alguns requisitos básicos como eleições livres e justas, além de sustentar o PIB nacional em elevação. Até a entrada deste século, a Polônia, por sua vez, revelava coragem em lutar por demandas políticas e sociais com ação das ONGs, associações e até clubes esportivos, uma imprensa fiscalizadora do governo e investigativa, principalmente, sobre os escândalos de corrupção.

Entre 1990 e 2005, o governo da Polônia trocou de mãos por meio de eleições livres e justas cinco vezes. O PIB nacional sextuplicou, ultrapassando com folga

⁵ Teórico alemão, professor da Universidade Johns Hopkins, nos EUA.

o limite de 14 mil dólares per capita em que as democracias supostamente são consideradas estáveis (MOUNK, 2019, p. 153).

O desapresso às normas democráticas foram tomando espaço e o recuo democrático apresenta sintomas em todo o mundo em casos como da contundência autoritária do líder, Jaroslaw Kaczynski, ao desafiar a Suprema Corte da Polônia e pelo sucesso das investidas autoritárias do primeiro-ministro, Viktor Orbán, devido à inexpressiva resistência do partido governante.

Na Hungria, por exemplo, o governo Orbán aumentou o número total de membros da Corte Constitucional, mudou as regras de nomeação, de modo que o partido governante Fidesz pudesse indicar sozinho os novos magistrados, e encheu a corte de partidários. Na Polônia, o Partido da Lei e da Justiça, governante, teve várias de suas iniciativas bloqueadas pelo Tribunal Constitucional (...) entre 2005 e 2007. Quando retornou ao poder, em 2015, o partido tomou medidas para evitar perdas semelhantes no futuro (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 83).

O desgaste democrático acentuou a ineficiência do regime e a mídia passou a fazer uso, em larga escala, da categoria do populismo, no sentido de fundamentar tais fenômenos políticos, o que em boa medida também capacitou os cidadãos, a ponto de torná-los especialistas sobre o tópico nas redes sociais. Paralelamente à inserção das chamadas fake News, que proliferam falsas verdades, essas articulações afetam a vida desses cidadãos, influenciam a participação e a capacitação para compreender a política, fazendo dessa ressignificação, uma janela para se olhar a democracia.

Nota-se que o populismo está espalhado em todo o cenário político global, onde não temos sujeitos apenas de direita, mas também de esquerda. A popularidade do presidente eleito na França, em 2017, Emmanuel Macron, por exemplo, o marcou como um populista de centro. Percebemos que ao longo do século passado, os populistas sempre foram tomados como aqueles que criticavam as elites e as instituições. As democracias, por sua vez, não interagiram de modo eficaz, nem promoveram a participação política, e dessa forma chegamos ao século XXI com o discurso que os populistas que criticam, representam perigo à democracia.

A crise das democracias encontra, no fenômeno do populismo, um inimigo conveniente para o combate, por ser construído discursivamente como iliberal e contrário ao livre mercado, porém, as coisas não são tão simples em sua explicação e ocorrência. Na luta e disputa pelo poder, os populistas de oposição criticam governos e outros partidos, mas principalmente, alegam que eles próprios são os representantes

do povo ou da chamada maioria silenciosa. Nessa constituição simbólica, os outros no poder são sempre ilegítimos, levando a questão à dimensão do pessoal e da moral, alegando que os antagonistas são corruptos. Logo, todos os populistas se envolvem em retóricas extremistas.

O fato é que as crises das democracias liberais são experiências contingentes, já que tudo depende do lugar de onde se fala. O filósofo e historiador político, Jan-Werner Müller⁶ (2016), aponta que há uma arte populista de governar, de cunho autoritário, preocupada com a gestão dos governos e não só com as “guerras culturais”. Conforme Müller, autor da obra *O que é Populismo?* (2016), há uma situação de “todos contra um, um contra todos”, que pode confirmar o discurso populista de que o *establishment* está fechando fileiras contra os recém-chegados para preservar os próprios privilégios corruptos.

Müller, numa linguagem coloquial, se apresenta contra o populismo ao tomar esses líderes como autoritários. A questão é que as decisões de relevo são tomadas por funcionários não eleitos, chamados tecnocratas, o que agrava o problema. Müller (2016) afirma que, da mesma forma como populistas alegam que a vontade do povo é uma só, os tecnocratas entendem que só existe uma solução correta para cada problema e lembram o lema: “Não há alternativa”, numa referência à dama de ferro, Margaret Thatcher, sobre as reformas liberalizantes que ela protagonizou na década de 1980.

Exemplos como esse influenciam os europeus. Hoje, boa parte da população que não se sente representada ou até mesmo ignorada, está vulnerável aos apelos populistas. Portanto, populismo e lideranças autoritárias tornam-se termos, discursivamente, equivalentes. Conforme Müller (2016), os populistas no poder são os eleitos com o apoio popular, uma marca que os bons chegam ao poder, o que se revela ser ficcional na ideia de povo no poder, pois, o eleito é autoritário.

Nessa perspectiva, Müller⁷ (2016) aborda a temática enquanto uma forma de política identitária, mensurável e reconhecida por suas manifestações, mais especificamente no caso do populismo europeu e dos americanos. Segundo o autor, o populismo é a sombra da política representativa e uma ameaça à democracia, num esforço em reafirmar a confiança na racionalidade e na contra argumentação como um meio para se fazer a diferença numa democracia. A crítica do autor paira sobre as

⁶ Cientista alemão, professor da Universidade de Princeton (EUA) desde 2005, está escrevendo um novo livro sob a proposta de revigorar os partidos políticos e a imprensa, que considera pilares das democracias liberais, porém, ambos em crise.

⁷ Müller situa o tema na fronteira entre a história do presente, a teoria política e o ativismo cívico, em defesa da democracia que dá sinais da desconstrução do seu ideal em muitas regiões do mundo.

intencões e o combate às medidas de austeridade adotadas em vários países, nos últimos anos, pelo populismo de esquerda. O autor contextualiza que o populismo reclama um monopólio moral de representação do povo e que a demagogia está no conteúdo político, em argumentos enganadores e nas falsas promessas, portanto, nem todos os populistas são necessariamente demagogos, assim como nem tudo o que os populistas argumentam é mentira. Mesmo assim, para o autor, o populismo baseia-se numa mentira: a de que há um povo unido e homogêneo e de que só os populistas o representam.

O caso brasileiro sob aspectos teóricos

No Brasil, não temos essa ideia de nacionalismo, pois, há outras bandeiras como o combate à corrupção. Ainda assim, falar em crise das democracias é falar sobre o Brasil e o mundo. O atual estágio da democracia e de suas formas de superação provocam articulações para muito além da concepção clássica do processo democrático, numa referência à criação do filósofo político Norberto Bobbio (2006). Da própria pandemia, emergiram demandas sociais emergenciais, as quais exigiram mais das políticas assistenciais.

São preocupações analíticas como essas que requerem uma nova leitura dessa temática. A democracia passa a se projetar em diferentes possibilidades sobre a política e o político, assim como possíveis encontros e cruzamentos. Mounk (2019) tem reunido esforços para explorar e acumular dados que analisam o fenômeno do populismo pela noção dos líderes autoritários, assim como na relação democracia *versus* capitalismo. Sua análise recai sobre as crises em torno do republicano Donald Trump, sem desconsiderar que o populismo seja um elemento que compõe a democracia, pois o político populista sempre compôs esse cenário. A sua lógica divide opiniões por despertar consequências inerentes às demandas de insatisfações sociais, por gerar medos e incertezas.

Em outras palavras, estão demarcando as fronteiras do *demos*, defendendo, de modo implícito, que a consideração política é devida a alguns cidadãos, mas não a outros. Estão, nas palavras precisas de Jan-Werner Müller, reivindicando um “monopólio moral da representação” (MOUNK, 2019, p. 62).

Na visão do autor, a figura do demagogo acaba sendo suportável mesmo quando existem alterações claras sobre o desvio dos valores democráticos, já que as instituições são compostas por políticos e burocratas que por conveniência e, ou, covardia, não

utilizam as ferramentas legais para impor barreiras a determinados protagonismos, o que empodera o populismo enquanto projeto político de um partido que goza de audiência entre os cidadãos, tornando-o uma ameaça real ao regime democrático. Logo, temos casos que ilustram a composição institucional mais recente na Europa e de grande crescimento no século XXI, lembrando que essas experiências populistas se ligam às políticas excludentes, xenófobas e, não raras vezes, racistas.

[...] em todos esses países, populistas de extrema direita celebraram um sucesso sem precedentes nos últimos anos ao proclamar que estavam do lado do povo. De fato, a votação dos partidos populistas europeus de esquerda e de direita mais do que dobrou nas últimas décadas (MOUNK, 2019, p. 52).

Mounk (2019) destaca o termo populismo na intenção de descrever algum tipo de comportamento e chega a estabelecer este como um elemento desestabilizador da democracia. Sem dúvida, é um dos elementos que compõem o cenário contemporâneo em meio às crises da democracia, porém, nos parece não ser o melhor argumento para dar conta da complexidade do problema.

Mesmo nos países latino-americanos como o Brasil, nota-se a presença de sujeitos e movimentos sociais hostis à democracia e ao diálogo. Politicamente, eles sempre existiram. Nas eleições de 2018, vimos que as pessoas são democráticas pela confluência de interesses a partir de suas próprias demandas, que assumem na contemporaneidade, tendo em vista o momento e a contingência que permitiram a ascensão de um governo autoritário pela via institucional e democrática.

Portanto, na análise de Mounk (2019), o populismo produz democracias iliberais associadas ao advento de sociedades liberais não democráticas que, na opinião do autor, carregam o peso e a redução da decisão popular sobre o governo, diferentemente do que ocorreu em décadas anteriores. De modo geral, muitos sujeitos políticos se dizem preocupados com o povo, com os direitos dos cidadãos e com a vida daqueles que, a cada dois anos, depositam seu voto na esperança e na sede de mudança por uma vida melhor.

Mounk (2019) elabora a ideia de populismo enquanto algo que pode representar perigo ao sistema político, uma vez que o discurso do povo não tem condições de se sobressair ao poder e aos governos já postos, mas, o descontentamento prevalece e pouco ou nada trazem de resultados concretos às vidas das pessoas. Na visão do cientista político, as experiências populistas são particulares a cada país, onde a

economia está bem e a imigração é um problema; assim, o populismo de direita é mais forte.

A politóloga belga, Chantal Mouffe (2019), elabora uma linha de pensamento mais progressista e ao mesmo tempo revela o que há de bom no regime democrático. Enquanto expoente da Teoria do Discurso pós-estruturalista, junto com o seu companheiro de vida e obra, Ernesto Laclau, Mouffe compreende que a política é filosoficamente compreendida na retomada dos limites e das ambiguidades da categoria da hegemonia, apresentada por Antônio Gramsci, ao considerar a análise de discurso enquanto escolha metodológica que possibilita analisar os processos de luta no jogo político. Neste caminho, compreende identificações políticas enquanto fenômenos da política, pelo corte antagônico e significativo que se constitui como um momento da política e da própria impossibilidade de um modelo democrático.

Conforme Laclau e Mouffe (2015), o caráter contingente das condições históricas, principalmente pela observação da emergência de diferentes antagonismos, não reduzidos somente para a esfera econômica e a fragmentação das posições de sujeito, acabam por manter a ideia da esfera econômica como fundamento último das práticas hegemônicas. Práticas as quais buscam respostas emergentes às crises, como de legitimidade, experiências autoritárias ou de radicalização da democracia, surgidas como alternativas de resgate do *demos*, esquecido pelos regimes democráticos.

Mouffe (2019) parece retomar a obra de Laclau, *A Razão Populista* (2013), como um guia. Dessa forma, o populismo é uma estratégia discursiva de constatação política que estabelece uma fronteira antagônica, em que dois campos estão constituídos: os “excluídos” e o “poder”. Portanto, o populismo sugere ser uma estratégia discursiva emancipatória, em que os explorados se colocam contra quem detém o poder.

Democracia não é simplesmente, o poder do povo. Quando nos deparamos com o populismo, é preciso entender a construção política de um povo, numa relação direta com a democracia. Conforme Mouffe (2019), discursivamente, o populismo é a construção política de um povo contra o inimigo, o poder e a oligarquia. Já o povo, no geral, se classifica como sendo os mais fracos e oprimidos, em lugar que depende da conjuntura política, quer seja na direita, em que o povo é xenófobo, ou na esquerda, onde o povo é inclusivo. Cabe ressaltar que, ontologicamente, o populismo não tem uma só formação e não é antidemocrático, conforme afirmam os liberais. Em tempo, ainda que ligado a uma experiência, não sugere elementos como um modelo.

Percebe-se que os autores foram compondo um universo do menos para o mais progressista. A temática gera essa oportunidade para a reflexão e vida acadêmica, num

momento de reconfiguração da democracia liberal. Também no aspecto histórico temos uma reavaliação dos sentidos da democracia, que se tornou uma questão fundamental para tratar sobre o sujeito e cidadão na contemporaneidade.

A precariedade normativa que o conceito de democracia enfrenta atualmente e a própria contingência dos escândalos corriqueiros, parecem se converter em norma no interior de nossas frágeis instituições democráticas. Os indícios se resumem ao perigo dessa forma de colonização cada vez mais devastadora do espaço político pelas leis de mercado e a falsa crença de que liberdade individual corresponde à liberdade econômica, assim como as violações sistemáticas aos direitos humanos.

Na contemporaneidade, assim como ao longo dos processos históricos, o contexto e as experiências específicas em cada país revelam crises e experimentos democráticos com formas particulares de democracia, como a liberal especificamente. Portanto, as abordagens apresentaram diferentes causas para a crise, assim como cada autor projeta possíveis soluções, capazes de estabelecer um diálogo complementar e/ou crítico dadas as construções teóricas.

As democracias contemporâneas vivem hoje do que Mouffe chama de “momento populista”, que precisa ser considerado e enfrentado por um melhor entendimento do impreciso e polissêmico conceito que envolve os fenômenos e os sujeitos das democracias. Compreender essa anatomia do populismo e as diferentes abordagens dessa categoria é uma tarefa recorrente.

Conforme os autores, é possível afirmar que a democracia provoca considerar fenômenos e categorias políticas que assumem muitos sentidos e significados, que variam no tempo e no espaço, de acordo com a contingência e os sujeitos políticos que estão envolvidos. Categorias como democracia, liberdade e igualdade carregam tensões inerentes aos processos históricos.

As crises carregam esses efeitos, levando a formas de autoritarismo, que podem culminar e desconstruir os mecanismos de freios e contrapesos da democracia [relacionados à harmonia entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário]. As abordagens reforçam que a democracia permite essas experiências e que precisamos passar por elas, assim como pelas experiências populistas de concepção de democracia.

Portanto, os mecanismos eleitorais estão presentes para garantir, dadas as possibilidades, a expressão e a vontade do povo. O que vimos é que, se por um lado os populistas tensionam o debate político, também é verdade que colocam o dedo nas

feridas, nas fissuras que o próprio sistema se permitiu expor, elementos que constituem o jogo democrático e que também abrem espaço para a participação.

As crises da democracia levaram lideranças populistas ao poder em diversos contextos e países. Muito por ocasião de um certo desencanto democrático, resultado do próprio impasse das democracias liberais representativas e o fenômeno populismo oferece respostas. “Não admira, portanto, que propostas de reformas institucionais que tornem a “voz do povo” mais alta e medidas de “democracia direta” dominem a agenda institucional populista” (PRZEWORSKI, 2020, p. 100). É fato que essas respostas são muitas vezes simplistas, ficcionais, mas foram tomadas por um sentimento, na maioria das vezes, atrelado a um nome.

Portanto, criticar o populismo implica também criticar as condições que permitiram a expansão desse fenômeno pelo mundo. As sociedades observaram que mesmo nas democracias, as desigualdades aumentaram, que os mecanismos de redistribuição de renda foram falhos e que as demandas da vida real foram desconsideradas, perante os desafios de uma nova economia baseada na tecnologia, na informação e no conhecimento. Esse populismo tem como principal fonte de acesso e expansão social as próprias falhas e impasses das democracias liberais.

Considerações

Este artigo se propôs a pensar a política como ela é, na sua contingência e a partir de alguns governos que resignificam o poder e os pilares das democracias liberais. Apesar de soar controverso, o fenômeno populismo permite realizar alguns recortes a fim de desvelar os sentidos predominantes em voga e problematizar a sua relação com a democracia. Se, por um lado, o populismo é tomado como um fardo negativo, também é verdade que o fenômeno reflete uma pertinente crise hegemônica.

A articulação populista é que dá origem à constituição de um sujeito político contemporâneo que, diante das crises sistêmicas, emerge como uma expressão forte, em um cenário de incerteza, fissura ou declínio. Nossa abordagem consistiu em breves recortes sobre a compreensão do panorama e da crise das democracias, de modo a realizar um exercício necessário, visto que envolve a vida dos sujeitos, os excessos políticos e a conjuntura da política global.

Conforme vimos, Müller (2016) e Mouffe (2019) elaboram abordagens políticas contrárias. Constituem manifestos e argumentos antagônicos, a ponto de Müller criticar Chantal Mouffe em sua obra. Müller aborda o fenômeno populista de

governança que não defende excluir os populistas, mas, dentro dos limites da lei, se faz necessário saber lidar com esses sujeitos políticos, pois, em uma democracia, eles representam de fato setores da população que estão insatisfeitos com o *status quo*. O autor afirma ter confiança na contra argumentação, como forma para se fazer a diferença na democracia, mas, também critica aqueles que pretendem combater as medidas de austeridade adotadas em vários países nos últimos anos com um “populismo de esquerda”.

Para Muller (2016), é preciso um meio que inclua aqueles excluídos sem alienar os demais, inclusive os mais ricos, sempre capazes de “sair do sistema”. Quer dizer, buscar alternativa para um novo contrato social, que pode ser construído pela justiça, além do equilíbrio fiscal. O autor traz à luz um debate oportuno, sendo tratado em outros contextos nacionais e acadêmicos, além da proposta para se discutir a questão da representação política e das dificuldades que ocorrem mesmo nas democracias consolidadas.

Por sua vez, Yascha Mounk (2019) refuta, mas ao mesmo tempo admite que o populismo é democrático, mesmo tendo ele uma linha liberal norte-americana. Nesse sentido, o populismo visa dar voz às pessoas que estão fora do consenso. O que temos de mais exato são as críticas ao populismo, na maioria vagas e imprecisas, mas que fazem parte do jogo político. Portanto, o consenso é algo complexo e precisamos pensar sobre ele.

Finalmente, as contribuições de Mouffe vêm reforçar os estudos da teoria política quando suas reflexões recaem na relação antagônica, conforme compreendido por Ernesto Laclau (2013), em que se constitui um inimigo na política. Para a autora, a noção tem origem em um fundamento do conflito político e que se encontra na existência de um elemento de hostilidade entre os sujeitos. Portanto, ao compreender a natureza diversificada das relações sociais, e nelas as condições para a possibilidade e o surgimento de conflitos em determinados lugares do social, a politóloga estabelece as bases para a defesa da teoria política, que, ao contrário da perspectiva liberal, sustenta a importância do dissenso numa sociedade democrática.

A virada da chave sobre o populismo implica ampliar o olhar e abordar o campo intrínseco da realidade que se articula em torno do fenômeno e isso envolve o regime democrático. O populismo se articula porque não temos outra forma para as questões que envolvem a precariedade e as intempéries que sinalizam as transições e o amadurecimento das democracias liberais. Portanto, “o populismo é, muito simplesmente, um modo de construir o político” (LACLAU, 2013, p. 28).

No entanto, as análises sobre os populismos históricos merecem ser percorridas pela perspectiva de leitura economicista e, progressivamente, substituída por abordagens políticas. Os populismos do século XXI geram uma renovação da literatura em torno da categoria que tem buscado avançar rumo a uma maior neutralidade e, se possível, sintetizar perspectivas, percebendo uma coexistência de fenômenos diversos e sob articulações das múltiplas teorias que se aproximaram dele e do caráter eminentemente político.

Referências

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

LACLAU, E. **A Razão Populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MOUFFE, C. **Por um populismo de esquerda**. Tradução de Daniel de Mendonça. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia**: porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MÜLLER, J.-W. **What is populism?** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

PRZEWORSKI, A. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.